

A caracterização do bolsonarismo como movimento fascista

Hugo Goulart de Faria*

Resumo

O presente artigo busca, a partir do diálogo entre bibliografias a respeito do fascismo e de sua continuidade para além das experiências do século XX, posicionar-se sobre a pertinência do conceito para a análise do bolsonarismo no Brasil do século XXI. Para tanto, relações foram tecidas entre considerações sobre o fascismo histórico – de Palmiro Togliatti, Antonio Gramsci, Clara Zetkin e Leon Trotsky – sobre o fascismo no Brasil – de Pedro Dória, Leandro Gonçalves e Odilon Neto – e sobre o bolsonarismo, como as de Armando Boito e Sávio Cavalcante. Ao fim, pretende-se contribuir com o debate a respeito do conceito de fascismo, defendendo uma amplitude que possibilite a aplicação para a análise dos fenômenos concretos, ou seja, dinâmicos, mesmo que mantendo características essenciais.

1. O conceito de fascismo

Apesar da existência de uma dimensão histórica inerente ao conceito de *fascismo*, observamos a pertinência de – com as devidas correções, atualizações e limites – utilizarmos o conceito para analisar a atualidade brasileira, no enquadramento do bolsonarismo como uma variante deste movimento, como *neofascismo*. Pretendemos assim nos distanciar de análises como a de Boron (2019) – que promove, nesse caso específico, uma confusão conceitual entre *forma do Estado* (democracia burguesa, ditadura militar, ditadura fascista etc.) e o *bloco no poder* (arranjo específico existente entre as classes e frações de classe, que exerceram o poder de Estado naquele período) – que recaem, por vezes, em um historicismo exagerado. Essa perspectiva vincula o fascismo a um contexto específico, com condições particulares que já não existem mais e não

* Ifch/Unicamp. Artigo produzido a partir da bolsa PIBIC/CNPQ cota 2020/2021: “Classe média no Brasil: adesão e afastamento em relação ao bolsonarismo?”. Contato: hugo.goulart.df@gmail.com

podem se repetir, realizando assim um conceito com baixo grau de abstração e consequentemente baixa capacidade analítica.

Realmente, as duas primeiras décadas do século XXI formam um contexto diferenciado daquele no qual surgiu as experiências clássicas de fascismo – o alemão e o italiano – nas primeiras décadas do século XX. O contexto atual se dá após décadas de transnacionalização e financeirização do capital com o avanço da globalização, que colocou a burguesia nacional (dominante no *bloco no poder* do fascismo do século XX) em uma posição subalterna perante a burguesia multinacional e imperialista, resultando na burguesia interna¹ dominante no *neofascismo* atual; uma mudança estrutural no *bloco no poder* entre as duas variantes.

O *neofascismo já é realidade no Brasil* (Boito, 2019) aponta para a possibilidade de um fascismo “à brasileira” no século XXI, que pode realizar-se ao servir os interesses materiais da burguesia internacional a partir de uma política neoliberal, ao invés da burguesia nacional favorecida pelo protecionismo e desenvolvimentismo. A função da *ideologia* e de um *movimento social* (na luta pela implantação do regime) são apontadas centrais para a ascensão do fascismo. Outro aspecto fundamental é a realização de *cálculos táticos* pelos fascistas, que podem, de acordo com a conjuntura, recuar temporariamente na plena implantação do regime. Assim, é teoricamente possível que o movimento fascista chegue ao governo e não implante de imediato uma ditadura fascista, como fez Mussolini na Itália.

A caracterização geral do fascismo realizada pelo autor, seguindo as considerações de Palmiro Togliatti (1863 – 1964), é de um movimento *reacionário de massas* enraizado em *classes intermediárias* das formações sociais capitalistas, que teria uma ideologia heterogênea e pouco sistemática, resultando em um discurso superficialmente crítico (ou

¹ Importante aqui ressaltar a diferenciação entre burguesia *nacional* – aquela dominante no bloco no poder do fascismo do século XX – de burguesia *interna*, que disputa mercados com o capital internacional, mas não o enfrenta politicamente, ou seja, possuem menor grau de autonomia quanto às burguesias internacionais, e não são capazes, seguindo a análise de Boito (2019), de tomar posições anti-imperialistas como as primeiras. Para o autor, o primeiro tipo de burguesia não existe mais, e com as recentes reconfigurações do capitalismo global, é improvável que volte a surgir.

seja, com ares disruptivos e não burgueses, dado seu aspecto de massa²), mas profundamente conservador (dado que serve, em última instância, aos interesses da burguesia). Assim, esse movimento que tem como base social as classes médias, só pode se realizar em uma plataforma política como um instrumento “politicamente confiscado” da burguesia, na busca desta em superar alguma *crise* com a implantação de um novo governo (Boito, 2019).

Essa caracterização geral do fenômeno encontra apoio na tradição de análise de teorias marxistas sobre o fascismo histórico ao longo do século XX. Especificamente, e de maneira cronológica, a partir das considerações de *O neofascismo no poder (ANO I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro*, pontuamos as considerações de Gramsci, na década de 1920: O autor identifica a base social (que forneceu ao movimento um “volume de massas”) na pequena burguesia e assalariados médios, com o apoio direto de setores burgueses; o contexto de ascensão como o de uma *crise* sem saída revolucionária viável (primeiramente vista como uma simultaneidade de crises nacionais, e nos *Cadernos do Cárcere* sofisticada como *crise orgânica*, na qual é abalado todo um padrão de dominação de classes); e a responsabilidade do arranjo social-democrata em subestimar o fascismo, ao permitir sua construção internamente, com destaque para forças policiais e o poder judiciário.

Clara Zetkin, alguns anos depois, aponta para um fator fundamental: a capacidade do movimento de realizar um programa “fraudulento” que se liga de forma fisiológica a interesses amplos de diferentes classes sociais, realizando a transversalidade de classes necessária para a realização de um fenômeno de massas. León Trotsky, que tem em Zetkin uma grande referência, ressalta o aspecto da *crise* de dominação de classes e do papel da

² O fato de se tratar de um movimento de camadas intermediárias da sociedade capitalista é importante. O fascismo não é um movimento burguês, embora chegue ao governo cooptado pela burguesia e seja, desde o seu início, ideologicamente dependente da burguesia. Ele é um movimento de massa de uma camada intermediária e apresenta, portanto, elementos ideológicos e interesses econômicos de curto prazo que podem destoar da ideologia e dos interesses econômicos imediatos da burguesia. Com a sua crítica conservadora do capitalismo, de tipo pequeno burguês, o movimento fascista original chegou, em diversos aspectos, a confundir socialistas e comunistas – Poulantzas (1970) fala de uma ideologia “anticapitalista de status quo”. (Boito, 2020, p. 115).

social-democracia para a ascensão do movimento. Ambas as reflexões chegam a um mesmo ponto com relação a “saída”, que pode iluminar em um contexto de ameaça fascista: O momento de combate ao fascismo no poder exige acordos, com a formação de “frentes únicas” de setores sociais, para além da esquerda organizada (Cislighi, J.; Demier, F.; 2019).

2. Neofascismo?

Apesar de diversas características compartilhadas, para utilizar de forma responsável a designação *neofascista* é necessário ressaltar algumas diferenças significativas entre a realização histórica do fascismo no século XX e no século XXI, no Brasil. Uma diferenciação importante é com relação ao inimigo do fascismo: no caso clássico são as massas populares revolucionárias e organizadas, que ameaçavam abertamente o capitalismo e que provocavam, como reação das forças dominantes, a atuação de um partido pequeno-burguês para contê-las. No *neofascismo* brasileiro atual, o inimigo é a base social ampla de sustentação (movimentos democráticos e populares, pouco articulados), e o projeto em si do ciclo neodesenvolvimentista (de uma esquerda caracterizada pelo reformismo burguês) sob direção do Partido dos Trabalhadores – PT (um partido burocratizado, de “quadros” e “notáveis”).

O ator principal do movimento de reação a esse ciclo neodesenvolvimentista recente é a alta classe média, que se apoia de forma heterogênea e pouco organizada nos trabalhadores marginalizados, possibilitando assim a ausência de um partido de reação ao se organizar de forma mais difusa, utilizando principalmente os novos meios de comunicação e as redes sociais. Uma outra diferença estruturante entre as duas variantes de fascismo é apontada por Cavalcante (2020): quanto ao caráter abertamente pró-capitalista do *neofascismo*, que marca uma diferença decisiva em relação aos movimentos fascistas do século XX, pois estes possuíam um programa com maior espaço para pautas “anticapitalistas” – advindas de um modelo “comunitarista”, conservador e racista – contraposto ao programa comunista.

No caso brasileiro, identifica-se um movimento que, surgido e consolidado na alta classe média – em parceria com proprietários de terra, que reivindicam armamento, desregulamentações econômicas, ambientais e a repressão a movimentos camponeses, indígenas e quilombolas – foi confiscado pelo capital estrangeiro, em aliança com segmentos da burguesia interna associada. Essa associação entre camadas médias e grandes proprietários para a realização do programa político fascista é recorrente nas experiências concretas, inclusive na brasileira, materializada, por exemplo, nas relações de financiamento entre integralistas e latifundiários e na luta histórica destes contra a reforma agrária no país. Boito Jr. (2019) aponta que o processo de ascensão do *neofascismo* brasileiro foi também uma reação do capital internacional à perda de capacidade eleitoral de seu representante tradicional: o Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB.

Em *Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro*, Cavalcante (2020) aborda dois aspectos fundamentais para compreendermos o caminho entre o fortalecimento do bloco antipetista e a ascensão do *neofascismo*: o contexto de 2013 (apesar de toda heterogeneidade e disputa entre forças sociais distintas, uma pluralidade fundamental de ser destacada) como o início da adesão da alta classe média à candidatura de Bolsonaro; e o papel da Lava Jato na legitimação do movimento, ao fornecer um “verniz racional-legal” para métodos de exceção, mantendo assim a ideologia meritocrática estruturante da classe média que nega qualquer contorno “as regras do jogo” para justificar sua posição social.

É importante ressaltar, na argumentação desenvolvida por Cavalcante (2020), a presença e importância de interesses materiais (econômicos e imediatos) da classe média, que explicam parte de seu sólido apoio ao governo: o atendimento aos interesses do capital financeiro e aos “investidores” (identidade que muitos dos quais, apesar de pertencentes à classe média, se identificam), com a diminuição da regulação econômica e gastos sociais, em um contexto econômico cada vez mais financeirizado, coroado pela escolha de Paulo Guedes pelo “mercado”; a defesa da propriedade privada, com maior espaço para a dimensão da segurança pública (mesmo que privatizada) no discurso e com

o reforço concreto do aparato garantidor da propriedade privada, mesmo que a partir de resoluções de eficácia discutível como o armamento da população e “excludentes de ilicitude”. Tais propostas generalizam uma certa lógica miliciana e o típico culto a violência dos fascistas, e vão de encontro a noções crescentes na sociedade brasileira que explicam, em partes, a baixa reação quanto ao envolvimento dos Bolsonaro com as milícias. Organizações que podem vir a operar, junto com setores das Polícias Militares ou até do Exército brasileiro (atualmente tensionados pelas disputas), como bases armadas para um possível avanço do programa fascista no país.

3. O fascismo no Brasil tem raiz forte: de Plínio a Bolsonaro

A leitura e análise de *Fascismo à Brasileira*, de Pedro Dória, e de *O fascismo em camisas verdes*, de Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto, forneceu uma importante perspectiva histórica para o presente artigo: O bolsonarismo é uma forma contemporânea de organização do fascismo brasileiro, que tem Plínio Salgado como sua maior liderança e o integralismo como seu maior movimento. A história do fascismo no Brasil é uma trajetória de reconfigurações, ou seja, de adaptações (muitas vezes, fisiologismo). Entretanto, apesar das mudanças, prevalecem características essenciais, que nos permitem traçar uma linha que une Plínio e Bolsonaro, sob o mesmo conceito: *Fascismo*.

Plínio foi o líder do movimento integralista brasileiro, que teve seu auge histórico na Ação Integralista Brasileira (AIB), o maior movimento fascista do mundo (fora da Europa, entre as décadas de 1920 e 1940) e o maior movimento popular de direita da história do país. Salgado foi diretamente influenciado pelo movimento italiano, principalmente a partir de sua liderança máxima, com quem se encontrou e encantou: Benito Mussolini. Um encontro tão marcante em sua trajetória que é extensamente narrado por ambas as bibliografias em questão. Sua viagem não foi gratuita, é claro, e em seu principal patrocínio, interesses de classe se revelam, demonstrando a superficialidade da crítica ao capitalismo perante a profundidade da crítica ao comunismo: O banqueiro paulista Alfredo Egídio.

Diferentemente do movimento *neofascista* atual que possui um forte caráter anti-intelectualista, o líder integralista não só ressaltou o papel dos intelectuais apelando à sua participação política, como entendia o movimento preliminar de ideias como pressuposto de um movimento e partido político. Olavo de Carvalho, guru do *neofascismo*, há de concordar. A partir desse diagnóstico, Plínio buscou espaço no campo intelectual, constituindo-se uma imagem de homem “moderno”, em um momento fértil do modernismo no país. Em suma, uma liderança intelectual, conservadora e nacionalista.

Com a ascensão do Estado Novo Vargasista, houve o exílio de Plínio em Portugal sob domínio do ditador cristão Salazar (1935 a 1946), e um ponto de inflexão na doutrina integralista: a adoção de novas práticas intelectuais, em torno de uma concepção mais cristã e menos fascista. A partir desse momento, a grande referência se tornou o ditador português, a “Democracia Cristã” e seus ideais, com a versão “Plínio pós-guerra” que formaliza o integralismo na política partidária a partir do Partido de Representação Popular (PRP). Essa mudança foi viável e propícia dado o momento do processo político brasileiro, de redemocratização após o fim do Estado Novo e do início da Guerra Fria, contexto que trouxe a necessidade de ares mais democráticos para viabilizar projetos políticos nacionalmente. Antes de tal reconfiguração, e com o resultado da guerra ainda indefinido, Salgado buscou uma aproximação (bem sucedida) com os nazistas, mas que, quando tornada pública, e com a evidente derrota do nazismo na guerra, foi desfeita. Esse movimento constante de reorganizações e fisiologismos, em resposta ao contexto político e social, permeia a história do integralismo, e do movimento mais amplo do fascismo no Brasil.

Os integralistas participaram com entusiasmo do golpe militar de 1964, pensando ser o “seu momento” devido às compatibilidades com a doutrina militar. Entretanto, a união durou pouco, e logo as tensões ficaram mais evidentes, principalmente com a dissolução PRP, gerando grande insatisfação na militância integralista que não queria se dissolver no projeto militar (Arena), o que na prática aconteceu. Destaca-se a realização de uma crítica recorrente (e diferenciação) entre o projeto da ditadura fascista e militar, e dos *neofascistas* brasileiros à herança da ditadura: a crítica dos primeiros à visão de

“revolução” dos segundos, apontando nos militares a falta de combate ideológico, principalmente contra o marxismo³.

A morte do líder máximo, no início do processo de abertura democrática, foi o divisor entre o integralismo e o neointegralismo, o que gerou alta desarticulação, conflituosidade e pulverização do movimento em diversas organizações. Após tentativas fracassadas de um partido integralista, recria-se a AIB em 1987, que, ao fracassar, impulsiona a formação do I Congresso Integralista para o Século XXI, em 2004. A proposta era de unidade dos integralistas, pela formação do Movimento Integralista Brasileiro, que também fracassou. Sem conseguir a sonhada unidade, os neointegralistas dividem-se em três grupos, dos quais o de maior é a Frente Integralista Brasileira (FIB): com uso intenso da internet, formando a “Ação dos Blogs”, uma rede que reunia mais de 50 blogs e que intencionou criar uma blogosfera orgânica e integralista; destaca-se uma postura de maior diálogo com outros grupos da extrema direita, com um menor repúdio à participação partidária e institucional.

Entre os anos 1990 e início dos 2000 há um processo de aproximação dos neointegralistas com o Prona (partido de Enéas Carneiro) no qual encontraram espaço para articulação e divulgação de ideais, chegando a eleger um militante. Enéas era um conhecido nacionalista conservador que compartilhava com os fascistas pautas como o militarismo, o culto a “ordem” (as hierarquias sociais) e a defesa da família tradicional. Em 2006, com o fim do Prona, os neointegralistas distanciam-se da vida partidária e intensificam agitações públicas, convocando em 2011 uma manifestação de apoio a Jair Bolsonaro, naquela época já escolhido por grande parte dos fascistas como o parlamentar que mais os representava.

³ Boito Jr. aponta para uma disputa entre os dois projetos autoritários (as plataformas da ditadura militar e da ditadura neofascista) dentro do governo Bolsonaro, que refletem as críticas históricas dos fascistas aos militares. Enquanto os militares secundarizam a luta pela *hegemonia* cultural e moral da sociedade (no sentido gramsciano do termo) e por conta disso não consolidam um movimento popular e orgânico de apoio, os fascistas organizam e mobilizam setores da sociedade para sua defesa no campo cultural e moral, alçando o “marxismo cultural” como o inimigo maior. A ausência de um combate organizado no campo cultural é a principal “acusação” crítica dos neofascistas às ditaduras militares, e a principal pauta de setores importantes do movimento bolsonarista aos militares, como a ala ligada a Olavo de Carvalho.

Durante as diversas manifestações pela deposição de Dilma Rousseff, integralistas de diversas vertentes participaram, lado a lado, com outros grupos de extrema-direita. Após a queda de Dilma, os grupos permaneceram mais ativos, dado que os meses de agitação pró-impeachment trouxeram um novo espaço e fortaleceram a rede de contatos entre grupos da extrema direita, que se encontravam em baixa atividade desde a transição democrática. Nas vésperas da campanha presidencial de 2018, dois novos grupos neointegralistas despontam no cenário público: A Associação Cívico Cultural Arcy Lopes Estrella (Accale) e o Comando de Insurgência Popular Nacionalista (CIPN), que atuaram – a partir de ações diretas como a queima de faixas antifascistas, e o atentado com coquetéis molotov à sede da produtora Porta dos Fundos – pela candidatura de Bolsonaro; líder do bloco antipetista e assim o principal candidato das direitas.

Com sua vitória, a extrema direita chega ao poder. Em 2019, FIB e Accale se reuniram para um ato em defesa da posição de Bolsonaro quanto à Amazônia – na disputa com o presidente francês, vendo neste uma ameaça à soberania nacional – demonstrando atividade e rearticulação. A FIB chegou recentemente a declarar a intenção de lançar candidatos por algum partido que os forneça espaço, como o PRTB ou Patriota.

É possível, a partir da análise da trajetória histórica dos ideais e do movimento fascista no país, concomitantemente à análise do contexto político e social nacional, elucidar táticas, estratégias, e reconfigurações que expressam uma característica fundamental dos fascistas: a realização de *cálculos táticos* (Boito, 2019). Esse aspecto é essencial para o presente debate, pois, se os fascistas podem, a depender do contexto, avançar, recuar ou modificar o seu projeto, torna-se necessário a construção de um conceito devidamente amplo (e não historicamente restrito) de *fascismo*, buscando apreender o fenômeno concretamente: ou seja, em movimento, adaptando-se.

4. Considerações finais

Apesar da existência de eleições, de um Congresso funcional e de outras características democráticas formais ativas no país – que configuram uma democracia funcional, ainda que deteriorada – tal contexto não deve ser visto como impeditivo do

avanço de um movimento fascista; conforme observado na experiência da Itália (Dória, 2020) com a realização de *cálculos táticos* (Boito, 2019). De fundamental importância ressaltar, no aspecto da democracia liberal burguesa, que o *fascismo* realiza um questionamento sistemático do sistema eleitoral e da autonomia e legitimidade dos poderes de Estado, tendo como fim último a anulação de instâncias legislativas e judiciárias, com o “governo por decreto”.

Igualmente importante, é diferenciar o bolsonarismo (como movimento dotado de ideologia própria, de caráter *neofascista*), do governo de Bolsonaro, que é enquadrado – ainda que de forma tensionada – nas instituições democráticas, a partir da articulação de agentes e interesses distintos. Ressalta-se que, em uma perspectiva materialista e histórica, a ascensão do bolsonarismo é também a busca de forças sociais pela realização mais profunda da *alternativa neoliberal* no Brasil, observada desde as análises a respeito da Assembleia Nacional Constituinte, em *A Legislação Trabalhista no Brasil: 1964 – 1988* (Faria, 2019), até os debates a respeito da Reforma Trabalhista de 2017, em *Reforma Trabalhista: Disputas de interesses na regulação do trabalho* (Faria, 2020).

Por fim, quanto a semelhanças entre as variantes fascistas, destaca-se: o estágio do movimento popular (progressista e/ou revolucionário), que encontra-se politicamente na defensiva; o processo de *crise* que antecede a ascensão como resultante de uma disputa entre frações da burguesia (ou seja, uma crise de *hegemonia* no interior do bloco no poder) com a intervenção política massiva de uma classe social intermediária; o culto a violência e a lógica miliciana, com organizações armadas de apoio; a liderança messiânica e o anticomunismo estruturante de uma visão paranoica da sociedade, com a defesa da família conservadora (articulada na tríade “Deus, pátria e família”) estabelecendo uma dimensão reacionária, mobilizada pelo fundamentalismo (cristão) e pela participação orgânica de lideranças religiosas, muitas das quais incentivam a intolerância e consolidam uma obediência acrítica de suas bases (apesar de não representarem a pluralidade das experiências religiosas, que realizam importantes resistências à extrema direita e ao fascismo, ontem e hoje).

No integralismo, a participação religiosa na base social era majoritariamente católica e conservadora (apesar da presença protestante e espírita), o que se refletia no caráter messiânico do líder e no aspecto inquestionável da doutrina integralista que demandava fé, igualando críticas à descrença; uma postura similar ao fundamentalismo religioso perante sua doutrina. No *neofascismo*, pode-se notar maior participação de neopentecostais em associação com setores conservadores do Congresso, materializados, por exemplo, na “bancada da bíblia”. Efeitos pertinentes à ascensão do fascismo a partir da participação dessas bases organizadas não são provenientes da religiosidade em si, mas sim da visão fundamentalista: aquela que se reconhece como a única verdade, anulando as possibilidades de diálogo e criando assim uma base altamente maleável ao senso de oportunidade das lideranças; que se unem a setores políticos conservadores em prol da “agenda moral”, conservadora e reacionária (Vieira, 2018).

A partir da apresentação desta síntese teórica, que buscou contribuir para o debate da caracterização do bolsonarismo, afirma-se a opção teórica por enquadrá-lo como uma variante fascista, dado a pertinência analítica do conceito para a análise do fenômeno concreto. Ressaltadas as diferenciações pertinentes, às duas variantes do fascismo dizem respeito a um *movimento reacionário de massas, enraizado em classes intermediárias típicas das formações sociais capitalistas, com ideologia heterogênea e pouco sistemática, e com um discurso superficialmente crítico, mas profundamente conservador*. Assim, nos alinhamos a necessidade de desenvolvimento de um conceito amplo de fascismo, que vá além de fenômenos particulares de um período histórico finalizado e irreproduzível e que permita a análise de fenômenos concretos da atualidade (Boito, 2019; 2020).

5. Bibliografia:

Atílio Boron, “Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave”. Portal do jornal Brasil de Fato. Acessível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jairbolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>

BOITO JR., por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. Crítica Marxista, nº 50, 2020. <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/index.php>

_____. “O neofascismo no Brasil”. Boletim LIERI, UFRRJ, número 1, maio de 1919. Acessível em: <http://laboratorios.ufrrj.br/lieri/wpcontent/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>

_____. “A burguesia, o ‘lumpesinato’ e o governo Bolsonaro”. Portal Brasil de Fato. 21 de abril de 2019. <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/artigoor-a-burguesia-o-lumpesinato-e-o-governo-bolsonaro/>.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. Crítica Marxista nº 50, 2020.

CAVALCANTE, S.; ARIAS, S. A divisão da classe média na crise política brasileira (2015-2016). Mimeo, 2017.

CISLAGHI, Juliana; DEMIER, Felipe. *O Neofascismo no poder (ANO I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

DORIA, Pedro. *Fascismo à brasileira: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Planeta, 2020.

Gilberto Maringoni e Artur Araújo, “O lumpesinato no poder – Bolsonaro, 100 dias”. Portal Brasil de Fato. 10/04/2019. <https://diplomatique.org.br/o-lumpesinato-no-poder/>

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo. In: GALLEGO, Esther. *O Ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GONÇALVES, Leandro; NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Retrato Narrado - Bolsonaro. Letícia Duarte. Série original Spotify e Revista Piauí, produzida pela Rádio Novelo. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/> > . Acesso em 05/02/2021